

O anunciador das encrências

O simples cumprimento do dever de avisar às pessoas que têm pendências a resolver faz o oficial de Justiça alvo de grandes baixarias

Marcello Xavier
Da equipe do **Correio**

Oficial de Justiça chega na casa de um intimado, na Asa Norte, para entregar um mandado judicial. À entrada do apartamento, no *hall* social, aguarda ser recebida. Quando a porta se abre, a surpresa: o homem está só de cueca! Para completar a cena, a mulher ou namorada do rapaz aparece nua na sala. A situação incomum aconteceu com Rosângela Santos de Albuquerque, 40 anos, há exatos 10 anos. “Fiz de conta que não vi, e agi rapidamente”, conta. O homem seminu acabou detido e levado para uma delegacia.

A história é apenas uma das tantas vividas diariamente pelos oficiais de Justiça. A tarefa é árdua. Os 149 oficiais do Fórum de Brasília — mais de 70% são mulheres — se levantam cedo para cumprir o dever. Às 6h já estão nas ruas e enfrentam o mau humor, a raiva e até a violência dos intimados e citados. Ameaças, desaforos, cachorros e tiros fazem parte da rotina desses profissionais. Sem contar o trabalho de achar os difíceis endereços, usando seus próprios carros.

Um pouco do trabalho dos oficiais de Justiça virou livro. Em *O oficial de Justiça e seu incomum dia-a-dia* (Gráfica Fama), Nelson Romani Marzaccini, 53 anos, hoje aposentado, conta com bom humor, saudosismo e orgulho um pouco dos seus 26 anos na linha de frente do Tribunal de Justiça do DF. “A vida do oficial é muito rica. É um dia-a-dia incomum. Sem rotina”, comenta ele, que se diz um apaixonado da Justiça. “A Justiça sempre me fascinou. Talvez a explicação esteja ligada ao meu signo, a balança”, relata, no livro.

O **Correio** acompanhou o trabalho incomum de três oficias de Justiça do Fórum de Brasília: Jones Mendes de Vasconcelos, 51 anos, 13 de profissão, Maria Lourdes Pinheiro, 45, há 18 na linha de frente, e a caloura Vânia Reis da Rocha, 30, há apenas cinco meses no batente.

DE PIJAMA

O sol ainda estava escondido quando Jones Mendes saiu de casa na QNL, em Taguatinga. Não há tempo para café da manhã. Às 6h, tomou o carro e seguiu para mais um dia de diligências. Em poucos minutos, chegou ao primeiro dos 15 a 20 endereços que percorre por dia.

Os atos dos oficiais de Justiça são pessoais. Ou seja, o intimado ou citado precisa ser encontrado e receber o mandado em mãos. O que explica o motivo de irem tão cedo para as ruas. Eles precisam pegar as pessoas ainda em casa, antes que saiam para seus afazeres.

Primeira parada: SQS 415. Eram

6h40. Um dos condomínios da quadra entrou com uma ação de cobrança contra uma moradora, por atraso de pagamento da taxa de manutenção e limpeza do prédio. Nas mãos de Jones Mendes, um mandado de citação e intimação a ser entregue à síndica. “Bom dia. A senhora *fulana* está? Sou Jones, oficial de Justiça...” A frase se repetiu seguidas vezes durante o dia.

Pegar as pessoas de pijamas em casa logo cedo — muitas ainda estão dormindo — rende desaforos e até agressões. Muitos reagem de forma grosseira, com palavras de baixo calão e gestos obscenos e, as vezes, violenta. “Já colocaram um cachorro em cima de mim”, relata Jones, que já foi ameaçado também com um revólver. Certa vez, um intimado não quis receber o mandado e rasgou o documento na frente de Jones, que mandou prendê-lo. “Está no Código (Penal). Não se pode rasgar documento público”, explica. “A função do oficial de Justiça é difícil. Complicada mesmo. Estamos expostos a tudo.”

DESAFOROS

Na 415 Sul, Jones entregaria também um mandado de citação. Ao interfone, uma senhora negou que a pessoa citada morasse naquele endereço. “Não tem ninguém aqui com esse nome”, afirmou. E não quis dar o nome do atual morador. A insistência do oficial rendeu desaforos.

“Como é o nome do morador atual?”, pergunta seguidamente Jones.

“Não posso informarl”, retruca a moradora do outro lado da linha.

“A senhora sabia que obstruir o trabalho da Justiça é crime?”, indaga o oficial.

“E o senhor sabia que isso não é hora de incomodar em casa de família?”, esbraveja a moradora, que em seguida desligou o interfone na cara do oficial de Justiça. Eram 7h. “Está vendo como são as coisas? É duro”, comenta Jones.

Em casos assim, em que o intimado ou citado não é encontrado, os oficiais retornam mais duas vezes ao local. Na terceira, se confirmada a mudança de endereço, o juiz é avisado. Mas se perceber que a pessoa está mesmo fugindo, é determinada a citação por hora certa, com qualquer integrante da família.

Depois de vários mandados de citação e intimação, Jones foi cumprir um de despejo — um dos mais complicados, na opinião da maioria dos oficiais de Justiça — na 711 Sul. “Há situações humilhantes e constrangedoras. A de despejo é uma delas”, comenta. Contudo, não foi preciso usar da força policial, nem mesmo arrombar a casa e remover os móveis para o depósito público. A inquilina, que devia o

Paulo de Araújo



Maria Lourdes prefere procurar pessoas na zona rural: “Os classe-média e alta do Plano Piloto são muito difíceis”

aluguel havia dois anos, fez a mudança por conta própria.

DIFÍCIL DE ACHAR

Por vezes, os oficiais de Justiça encarnam o papel de detetives para encontrar os endereços. Na cidade é um pouco mais fácil, mas na zona rural a coisa complica. Muitos deles estão incompletos. “Descobrimos na marra”, conta Maria Lourdes, que acompanhou a colega Vânia Rocha em uma diligência na Ponte Alta de Baixo, no Gama.

No começo, Vânia estranhou a distância entre o Gama e o Plano Piloto — 30 quilômetros. Mas, em pouco

mais de cinco meses de trabalho, já está acostumada. Uma vantagem de trabalhar na zona rural, acredita, é a receptividade das pessoas mais humildes. “Os classe-média e alta do Plano Piloto são difíceis”, compara.

“Bom dia! Estou procurando a chácara 8. O senhor sabe onde fica?”, pergunta Vânia. A senhora sobe *pra* lá, entra na primeira à direita e segue direto..., explica um chacareiro. Minutos depois, Vânia e Lourdes chegaram à chácara 8. Mas a pessoa que receberia o mandado de intimação não morava naquele endereço.

Para auxiliar na procura, Vânia anda com um mapa em seu carro — um

guia para os momentos de aperto. As oficiais comentam que é preciso quase adivinhar os endereços.

Do centro, as oficiais foram para o Novo Gama. Lá, fariam uma busca e apreensão de um carro. Uma rua à esquerda, outra à direita, e finalmente chegaram à Avenida Perimetral 1. De cara, Maria Lourdes identificou o objeto do mandado: um Escort preto placa JFO 7549 (DF). O atual proprietário não resistiu — esse era o temor — e entregou a chave e o documento do carro, que foi levado para o escritório do advogado do autor do processo. “Tenho muita honra do meu trabalho”, afirma Lourdes.

Momentos cômicos e perigosos

A vida de Rosângela Santos é agitada. Além das “emoções” vividas no trabalho, precisa cuidar da casa, dos filhos e do marido. “Levo as crianças para a escola, entrego os mandados. Procuo dividir o meu tempo”. Ela afirma que tem horário certo para sair de casa, mas não tem para voltar.

Casada, mãe de três filhos, Rosângela é oficial de Justiça há 21 anos. Nesse tempo, já viveu momentos cômicos e perigosos. Escapou por pouco de ser mordida por um cachorro e de ser atingida por uma bomba de gás lacrimogêneo. “Nesse dia, estava na antiga Feira do Paraguai. Houve um tumulto entre feirantes e a polícia precisou jogar aquelas coisas.” Grávida de sete meses, saiu correndo para não se machucar.

“As vezes o papel de mãe e dona-de-casa fica prejudicado”, opina outra oficial, Ruthe Soares, 29 anos. Casada, mãe de uma menina com um ano e meio, Ruthe está na profissão há três anos. E desde então acordar com o cantar do galo virou rotina. “Saiu de casa às 6h. Às vezes, até antes. E só chego depois das 18h.”

Nesses três anos, já correu risco de vida. Fugiu de tiros e quase foi agredida quando estava grávida de sete meses. Por falta de segurança abandonou diligências. “Há dias que chegamos estressadas em casa e ainda temos que dar atenção à família”, comenta.

TIROS E CORRERIA

Ruthe estava de plantão em mea-

dos de outubro do ano passado quando chegou um mandado de busca e apreensão de uma criança menor de idade. O menino foi passar as férias com o pai, separado da mãe, e não mais voltou para casa. “Temos que levar de qualquer forma”, diz a oficial.

Ao chegarem numa pequena casa na Colônia Agrícola Arniqueira, em Taguatinga, o pai da criança reagiu negativamente e ameaçou Ruthe e dois colegas oficiais. Quando seguiam para o carro com o menino ouviram os tiros. “Não sei se foi para cima ou em nossa direção. Corremos em direção ao carro e fomos embora em disparada”, relata.

Em outra diligência, a pessoa citada reagiu com violência e partiu para cima de Ruthe. Ela estava grávida. “Em situações assim ficamos muito abalados. Imagine se acontecesse algo comigo”, suspira. Ela comenta que há pessoas que compreendem o trabalho do oficial. Que eles nada tem haver com o mandado. E são apenas os representantes do juiz.

Para ter um pouco mais de segurança, as oficiais mulheres procuram andar acompanhada de um ou mais colegas homens. mandados de busca e apreensão de menores e despejos são sempre muito tensos. “Trabalhamos com muitos problemas”, reclama Ruthe.

LONGA MANUS

Os oficiais de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) brigam por melhores condições de trabalho. Eles reivindicam

alguns itens como o pagamento de risco de vida e equiparação da indenização de transporte aos oficiais da Justiça especializada. “O oficial de Justiça é a mola. Somos o *longa manus* (braço direito) dos juizes”, define Jones Mendes, presidente da Associação dos Oficiais de Justiça (Aojus).

Jones conta que um desembargador do Tribunal de Justiça alterou o regimento de custas e determinou que o estado é que deve pagar a indenização por transporte. Antes, o autor da ação é que era obrigado a bancar as custas adiantado. Os oficiais recebiam um valor por mandado.

A Aojus batalha pelas melhorias das condições de trabalho da categoria. Atualmente, luta pelo aumento da ajuda de custo para o transporte. Os oficiais usam os próprios carros — rodam em média 3 mil km por mês. Para 20 dias trabalhados recebem R\$ 308 — o equivalente a 50% do vencimento básico. “Não dá para cobrir as despesas com combustível e manutenção.” Um oficial de Justiça em fim de carreira ganha R\$ 2,5 mil, segundo o presidente da Aojus.

Trabalho não falta. A Central de Distribuição de Mandados estima uma média de 10.000 a 12.000 mandados por mês só no Fórum de Brasília. Trabalho de sobra para os 149 oficiais de Justiça. Há ainda os foruns de Ceilândia (com 23 oficiais), Gama (21), Sobradinho (10), Planaltina (9), Samambaia (7), Paranoá (5), Brazlândia (4) e Taguatinga (45) — o segundo maior do DF. (MX)

Oficiais trapalhões

No livro *O oficial de Justiça e seu incomum dia-a-dia*, Nelson Romani conta momentos hilários e perigosos que viveu ao lado do se fiel companheiro de “aventuras”, Oseas Almeida de Carvalho. A dupla dinâmica sempre se metia em enrascadas. Diligências de prisão, busca e apreensão de bens e menores eram as mais comuns.

O batismo de fogo aconteceu na Asa Norte, em 1971. Nelson e o inseparável colega levaram um mandado de prisão para um réu. Eles foram atendidos gentilmente pela mãe do rapaz. O filho que estava dormindo levantou-se e recebeu os oficiais. Ao ouvirem a leitura do mandado, mãe e filho se desesperaram. “Eu também. Não sabia nem onde ficava o Núcleo de Custódia”, conta, no livro. Depois de muita conversa, o rapaz foi detido.

Em outra diligência, lá estavam Almeida e Nelson. O primeiro, contador de histórias, encostou-se sem perce-

ber na campanha da casa de um réu. A história corria solta quando o amigo percebeu berros, ruídos e choro de criança dentro do apartamento. Como um furacão, o executado lançou-se porta afora, quase arrancando-a das dobradiças, e alcançou o Almeida, agarrando-o pelo colarinho do paletó. A confusão só acabou na polícia.

Um carro furtado em Minas Gerais teve os documentos falsificados e foi vendido em Brasília. O proprietário à época sequer desconfiava. A seguradora descobriu e entrou com uma ação de busca e apreensão. Eles localizaram o carro parado no bloco da 409 Norte.

Depois de muito bater na porta, Nelson finalmente foi atendido. Um rapaz jovem, forte e com quase dois metros de altura e olhos inchados e vermelhos apareceu. Quando percebeu o que acontecia, entrou correndo em casa, pegou um revólver e saiu atrás de Nelson. (MX)

FIQUE POR DENTRO

MANDADO

Ato de mandar. Determinação escrita mandada de superior a inferior. Ordem ou despacho escrito de autoridade judicial ou administrativa

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Aviso, tanto para o réu como para o autor da ação

MANDADO DE CITAÇÃO

Chamado em juízo para o réu se defender

MANDADO DE BUSCA E

APREENSÃO

De bens, coisas e pessoas: Mandado de reintegração e emissão de posse — de imóvel

MANDADO DE CONDUÇÃO

COERCITIVA

Ara a testemunha intimada em juízo que não compareceu à audiência nem deu qualquer justificativa

MANDADO DE DESPEJO

Para evacuar imóvel com base na lei do inquilinato